SÚMULA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2021 DA CPUA-CAU/PR

Data	24 de maio de 2021	**Horário**	das 09h às 12h10min
Local	Virtual, plataforma *Google Meet*		

Participantes	Ormy Leocádio Hütner Junior	Coordenador
	Constança Lacerda Camargo	Coordenadora-adjunta
	Maugham Zaze	Membro Titular
	Rafaela Weigert	Membro Titular
Assessoria	Maria Benedita Honda	Assistente da CPUA-CAU/PR
Convidado	Walter Gustavo Linzmeyer	Coordenador da COA/PR

Ausência(s) justificada(s)		
Conselheiro(a)	Antonio Claret Pereira de Miranda	Membro Suplente
Justificativa	Ausência justificada	

Ausência(s) não justificada(s)		
Conselheiro(a)	Não houve	
Justificativa	Não houve	

Leitura e aprovação da Súmula da reunião anterior	
Encaminhamento	Não houve.

Comunicações	
Responsável	Não houve
Comunicado	Não houve

ORDEM DO DIA

1	**Apresentação tema: Equidade de Gênero/Raça/Etnia**
Fonte	CPUA-CAU/PR
Relator	Rafaela Weigert
Encaminhamento	O Coordenador da Comissão ORMY fez a abertura dos trabalhos, agradeceu a presença dos participantes da Comissão e do convidado Conselheiro WALTER GUSTAVO LINZMEYER, Coordenador da COA-CAU/PR, e a seguir passou a palavra à Conselheira RAFAELA WEIGERT para início da apresentação. Sobre o tema, a Conselheira RAFAELA explicou que o conteúdo condensado nos *slides* é um relato suscinto das ações iniciadas e desenvolvidas durante a gestão 2018/2020 sobre o tema. Inicialmente, para contextualizar como o assunto é tratado no mundo, mostrou um *ranking* de igualdade de gênero nos países, e nele o Brasil encontra-se em 90º lugar em comparação a outros países, estando em 1º lugar a Islândia, em 2º a Noruega, e em 3º a Finlândia, e neste mesmo *ranking*, entre os países da américa Latina, a Nicarágua ocupa o 6º lugar, seguida pela Bolívia em 17º lugar, e Barbados 23º lugar (Dados de 2017; Fonte: Fórum Econômico Mundial). Explicou que o Brasil não é um país que aplica políticas de igualdade de gênero, nem possui tradição em se preocupar com o assunto, e por isso é que se procurou estudar o tema, aprofundar e buscar referências em outros países como a Islândia e Barcelona e, também, muitas das questões da igualdade de gênero voltadas ao urbanismo. Observou que quando se estuda a igualdade de gênero, o que mais chama a atenção é a diferença de remuneração.

1	**Apresentação tema: Equidade de Gênero/Raça/Etnia**
	Explicou que quando se fala em igualdade de gênero não é apenas uma questão de igualdade e sim de equidade, no sentido de que por vezes, mesmo as condições sendo iguais, tais dispositivos não são capazes de promover o acesso da mulher, uma vez que neles não se considera as condições específicas que vem se desenvolvendo ao longo de um processo histórico, que torna o acesso muito desigual em relação ao homem. Na época, a Comissão iniciou fazendo pesquisas e agregou algumas pautas do CAU/BR, e neste período o CAU/BR desenvolveu um trabalho de pesquisas no SICCAU que demonstraram que dos 167.060 arquitetos e urbanistas inscritos no CAU (dados de 2019), 63% eram mulheres, dos registrados no CAU/PR 65%, e dos estudantes de arquitetura e urbanismo 67% eram mulheres, mas que, no entanto, a participação no Conselho não refletia esses números. Outro ponto também que marcou bastante a Comissão foi o fato demonstrado sobre a participação da mulher nos concursos de prêmios nacionais, cuja pesquisa trouxe que os ganhadores de prêmios nacionais (2012-2019) eram representados por 15% de mulheres e 85% de homens, vencedores de projetos nacionais 17% mulheres e 83% homens, e responsáveis técnicas de empresas/emissão de mais de 50 RRTs tinham 47% mulheres e 53% homens. A representatividade feminina no CAU/PR na gestão 2018/2020 era de 17% (6 mulheres) e 83% (25 homens), sendo a presidente mulher. Na atual gestão 2021/2023 é de 33% (14 mulheres) e 67% (28 homens), e a vice-presidente mulher. Um aumento significativo, porém, que ainda não reflete a quantidade de profissionais mulheres registradas no Conselho. A Comissão foi criada inicialmente por uma demanda do CAU/BR e foi posteriormente implementada no CAU/PR por iniciativa da presidência da gestão 2018/2020. No período foram desenvolvidos encontros quinzenais com convidadas na maioria profissionais, sendo algumas estudantes de arquitetura e urbanismo, e que não participavam do Conselho, e a colaboração era voluntária. Havia naquele momento um alinhamento muito grande com as questões das ODS dentro da qual foram feitos alguns trabalhos, até porque fazia muito sentido tratar sobre o tema no Conselho. Os objetivos da Comissão de Equidade de Gênero (CEG) do CAU/PR eram: 1. Construção da Carta das Arquitetas e Urbanistas para todas as Cidades Brasileiras + Conteúdo Audiovisual sobre o tema para publicação no Congresso Mundial de Arquitetura, UAIA 2020-Rio de Janeiro; 2. Expansão da temática junto às Universidades brasileiras; 3. Desenvolvimento de Ciclos de Debates sobre a temática em todas as regiões do Brasil; 4. Audiência pública em parceria com a Assembleia Legislativa do PR; 5. Projeto Concurso para Arquitetas; e 6. Expandir a análise para as Arquitetas Sul-Americanas, trocando experiências com outras entidades de outros países da América do Sul. Sobre a **"Carta das Arquitetas e Urbanistas"** contendo todos os eventos e propostas geradas nos encontros estaduais, foi construída e levada pela presidente da Comissão nacional, Daniela Sarmento, para ser apresentada no UIA-2020 no Rio de Janeiro. Sobre a **"Expansão da temática junto às Universidades",** foram feitas visitas a quase todas as Instituições de Ensino Superior (IES) que possuem o curso de arquitetura e urbanismo na região de Curitiba e a algumas no interior do Paraná, buscando no diálogo, conscientizar para a temática e provocar uma reflexão sobre os motivos destas ocorrências. Neste trabalho junto às IES, também houve a intenção de se levar um pouco do Conselho para dentro das universidades, considerando que o CAU é um órgão recente e se constatou que a conexão com os estudantes é pouco desenvolvida, há um distanciamento que necessita ser vencido.

1	**Apresentação tema: Equidade de Gênero/Raça/Etnia**
	Sobre o **"Ciclos de Debates"**, ocorreram alguns Ciclos no Estado do Paraná com resultados muito positivos, onde entre eles destacam-se, a boa receptividade ao tema e o entusiasmo entre os estudantes. Sobre a **"Audiência pública em parceria com a Assembleia Legislativa do PR"**, fundamentou-se na constatação ocorrida dentro dos encontros da Comissão, da falta de vários aspectos, entre eles a questão das mulheres dentro das cidades. A partir do questionamento de como mulheres arquitetas e urbanistas poderiam transformar a situação, chegou-se à conclusão de um caminho, através das leis. E a partir disso buscou-se contatar gestores e alguns políticos para se conseguir efetuar uma audiência pública para promover o debate do tema dentro da Assembleia Legislativa do Paraná. Sobre o **"Projeto Concurso para Arquitetas"**, objetivava incentivar as arquitetas a se inscreverem em concursos nacionais e estaduais, mas infelizmente não foi possível a sua concretização dentro da gestão. Sobre o objetivo de "**Expandir a análise para as Arquitetas Sul-Americanas, trocando experiências com outras entidades de outros países da América do Sul"**, houve tentativas de contatos iniciais, mas infelizmente não foi possível dar andamento naquele momento e na sequência houve o advento da pandemia da COVID-19. Principais pautas da Comissão Voluntária das Mulheres (CVM) do CAU/PR (posteriormente denominada Comissão de Equidade de Gênero (CEG): -A produção feminina na Arquitetura e Urbanismo (com histórico para destacar a contribuição das mulheres). -As trocas de experiências profissionais entre arquitetas e urbanistas de diferentes gerações. -A mulher no ambiente de trabalho e todas as suas implicações (salários, cargos de liderança, assédios moral e sexual etc.). -A criação de espaços urbanos pensado por e para mulheres. Sobre a **"produção feminina na Arquitetura e Urbanismo"** foi feito um estudo sobre a produção feminina no Estado do Paraná, mas as maiores referências foram no âmbito nacional e internacional. Sobre as **"trocas de experiências profissionais entre arquitetas e urbanistas de diferentes gerações"**, as interações foram muito proveitosas e se deram mais dentro do que fora da Comissão, que já contemplava profissionais de diversas faixas etárias com experiências diferentes, e estudantes de arquitetura e urbanismo. Sobre o tema a **"mulher no ambiente de trabalho e todas as suas implicações"**, oportunizou-se muita troca de ideias, não só entre as arquitetas e urbanistas, mas também houve trocas muito ricas com profissionais de outras áreas. Sobre a "**criação de espaços urbanos pensado por e para mulheres"**, expôs que foi o assunto em que a Comissão mais se focou, mais estudou e, também foi o tema da audiência pública. Questionou que quando se pensa nesses espaços urbanos pensados por e para mulheres, quais os impactos na cidade de representatividade feminina na construção urbana? Como respostas, elencaram-se: (i) Homogeneização da visão do planejador, priorização de determinadas dificuldades em prol de outras com base em vivência única e limitada; e o (ii) Aumento na percepção de insegurança e no medo do uso do espaço público. Colocou que a ideia não é antagonizar, mas sim trazer, adicionar as visões e percepções femininas diferenciadas da masculina para dentro do modo de pensar a cidade, como por exemplo a percepção da insegurança e do medo do uso do espaço público. Dentro deste assunto, comentou também sobre as diversas dinâmicas de deterioração dos espaços urbanos. A seguir, sobre **"*Mansplanning*"** explicou que houve uma mudança no entendimento, antes se projetavam cidades para carros, o carro era o centro, e hoje se percebe que há

1	**Apresentação tema: Equidade de Gênero/Raça/Etnia**

um novo urbanismo muito mais voltado para questões do ser humano, uma mudança de referência importante.

Sobre o **"Urbanismo Feminino",** explicou que o termo significa urbanismo para todos, não é um movimento que se sobrepõe ao masculino, pelo contrário, traz direitos iguais. Citou que "O planejamento Urbano impacta diretamente na segurança, mobilidade, saúde e até mesmo na renda e prosperidade de seus habitantes". E ainda "Planejadores, projetistas e tomadores de decisão com perfis, visões e experiências urbanas iguais, planejam cidades desiguais".
A exemplo citou as "Rotas Femininas" – Casa, Escola dos Filhos, Trabalho, Mercado, Levar os Pais ao Posto de Saúde – entre outras, cuja mobilidade proporcionam percepções e visões diferenciadas aplicáveis no pensar a cidade.

Explicou que diante de várias ideias e informações, a Comissão formou Grupos de Trabalho para desenvolver Eixos Temáticos: DIREITO À CIDADE, ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, VIOLÊNCIA URBANA, e COMPORTAMENTO SOCIAL *versus* DINÂMICAS URBANAS.

Cada Eixo Temático reunia um conjunto de ações específicas relacionadas ao tema, com abordagem de aspectos vinculadas às questões urbanísticas.

Observou que ao longo dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão, com a aproximação a vários gestores e representantes políticos, houve a constatação de que essas pessoas têm necessidade de informação e amparo técnico para tratar do assunto, e por isso a importância de se divulgar, promover palestras e produzir materiais de apoios como cartilhas e similares.

Destacou que a partir desta constatação a Comissão iniciou a elaboração de uma cartilha para informar e orientar os municípios sobre o tema e formas de aplicá-lo em suas políticas de planejamento urbano, e que infelizmente não chegou a ser concluída em função da chegada da pandemia.

Destacou também que naquele período houve a intenção de se construir um Projeto de Lei que promovesse a equidade de gênero nas cidades, no sentido de se tentar introduzir na lei de Plano Diretor alguns aspectos voltados à promoção do tema, porém não foi efetivado em função da demanda necessária de disponibilidade de pessoal, tempo, qualidade técnica e condições de articulação com outras entidades para debater e construir um documento.

Sobre a audiência pública, intitulada "1º Ciclo de Debates – Mulheres na Arquitetura – Etapa Paraná, ocorrida em 09/03/2020 das 8h30min às 12h, na Assembleia Legislativa do Paraná, em Curitiba/PR, relatou que foi um evento bastante rico que contou com a presença de diversos representantes de segmentos importantes relacionados ao assunto, e que com certeza seria bastante proveitosa a promoção de mais eventos desta natureza para envolver a sociedade no debate do tema.

Foram citados trabalhos da Comissão no sentido de apresentações realizados, junto a Casa Cor 2019 sobre a produção feminina, apresentações na Universidade Positivo, PUCPR, FAE, Pré-Audiência Pública realizada na Sede do CAU/PR.

Destacou a palestra proferida por LAÍS LEÃO, Arquiteta e Urbanista, EDD2018 *Young Leader*, Diretora da *InCities*, ativista na "A Mulher nos Espaços Urbanos", cuja palestra era intitulada "Mulheres na Arquitetura e na Cidade – O impacto da ausência feminina nas mesas de tomada de decisão.", realizada em 26 de agosto no Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina (CEAL).

Das diversas reuniões realizadas na Sede do Conselho, destacou a participação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) que trouxe relato de projetos em andamento no órgão, em especial um projeto de reestruturação urbana em ocupação no bairro da Caximba (Curitiba, PR).

1	**Apresentação tema: Equidade de Gênero/Raça/Etnia**
	Sobre os trabalhos da Comissão no período da pandemia, informou que os eventos passaram a ser realizados especificamente através de *lives* nos canais digitais disponíveis do CAU/PR com a participação de convidados. Sobre as *lives* realizadas, alguns dos assuntos abordados foram: "Mobilidade Urbana", "Direito à Cidade", "Violência Urbana", "Acessibilidade Urbana", "Comportamento Social", "Acessibilidade e a Cidade", "Mulher e Atuação Profissional", "Mulheres e Cidades Inclusivas", "Arquitetura Saudável", "Mobilidade Urbana: Ciclovias e transporte Público", e "Segurança Urbana Humanizada". Por fim, a Conselheira Rafaela destacou que é possível sim fazer e trazer muitos bons resultados dentro deste tema, e destacou a importância de o Conselho dar continuidade aos trabalhos já realizados, principalmente com a criação de Comissão específica para uma atuação mais efetiva nesta gestão. Encerrando a apresentação dos trabalhos realizados pela Comissão de Equidade de Gênero (CEG) até o ano de 2020, a Conselheira Rafaela agradeceu a presença e a participação de todos. Na sequência abriu-se a palavra para os presentes, os quais parabenizaram pelos trabalhos desenvolvidos, explicitaram contribuições e apoios em prol da continuidade deste trabalho no CAU/PR. Finalizando, o coordenador ORMY parabenizou e agradeceu a conselheira RAFAELA WEIGERT e a todos pelas participações, e a seguir sugeriu a inversão da ordem dos próximos assuntos da pauta em função da presença do convidado, conselheiro WALTER GUSTAVO LINZMEYER, no intuito de garantir que a discussão do ponto de pauta sobre as audiências em formato híbrido, seja contemplado nesta reunião. A sugestões foram aceitas e foi dado prosseguimento à ordem do dia.

2	**Audiência em formato híbrido nos planos diretores**
Fonte	Conselho Diretor
Relator	Ormy Leocádio Hütner Junior
Encaminhamento	Sobre o assunto o Coordenador ORMY fez um breve relato das ocorrências anteriores no tratamento do tema pela Comissão, entre eles, a solicitação de parecer jurídico do CAU/PR que manifestou não haver impedimento quanto a realização de audiências públicas em formato híbrido, e a seguir passou a palavra para o Conselheiro e Coordenador da COA-CAU/PR, WALTER GUSTAVO LINZMEYER, que se propusera a expor algumas considerações para apreciação da Comissão. O Conselheiro GUSTAVO expôs que a sua participação é no sentido de trazer algumas contribuições para a discussão do tema, uma vez que realizou alguns trabalhos onde houve a necessidade de realização de audiências no formato híbrido. Também, trazer um material que, a título de sugestão, possibilite construir coletivamente formas de encaminhamentos para efetivar possível Nota Técnica do CAU/PR sobre o assunto. Relembrou a manifestação contrária do Ministério Público do Paraná (MPPR) para a realização de processos participativos durante o período da pandemia, por entender que as grandes desigualdades existentes, de renda, de condições de acesso a informações, tecnologias etc. dificultam o processo. O Conselheiro, porém, considerou que a manifestação não foi algo construído coletivamente com a participação de outros órgãos ou instituições. (MPPR. NOTA TÉCNICA 04/2020 – AUDIÊNCIAS PRESENCIAIS. Disponível em: <https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/042020.pdf>). Relembrou que o ESTATUTO DA CIDADE traz como um dos pilares necessários para a viabilização do Plano Diretor nos municípios, a realização de processos participativos para a sua efetivação, que existe uma pauta relativa ao ESTATUTO DA METRÓPOLE com prazos a serem vencidos que não permitem fugir do processo participativo, destacou

2	**Audiência em formato híbrido nos planos diretores**
	que a máquina do planejamento e a sociedade não conseguem avançar com discussões de políticas públicas sem a participação coletiva. Informou que com isso o que tem acontecido é que vários entes públicos, secretários, gestores, profissionais arquitetos e urbanistas, engenheiros etc. tem sofrido processos por improbidade administrativa, pois a cidade não pode parar, *"tem que fazer, mas porque não está fazendo?"*, no sentido de que há pressões para que seja dado andamento nos processos de gestão da cidade. Porém muitos atos como por exemplo, alteração de zoneamento que só pode ser alterada após alteração na lei do Plano Diretor ou de Uso, Ocupação do Solo e Zoneamento municipais e que só se efetiva mediante audiência pública, e que neste momento não é recomendada. Neste ponto, relembrou que houve manifestação da Comissão de Direito à Cidade da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná (OAB/PR), que colocou que é possível a realização do processo participativo à distância, e recomenda a utilização de reuniões na modalidade virtual. (OAB/PR. PARECER – AUDIÊNCIAS VIRTUAIS. Disponível em: <https://www.oabpr.org.br/wp-content/uploads/2021/01/AudiCons-Pu%CC%81bl-virtual-13_01_2020-6.pdf>) Neste sentido, o Conselheiro GUSTAVO, arrolou exemplos de audiências que tem ocorrido, como vários para licenciamentos ambientais pelo Ministério do Meio Ambiente, no Governo do Estado, no Governo Federal, Audiências Públicas na Câmara, uma série de formas que possibilitam a participação das pessoas, e menciona que há posicionamentos que questionam a efetividade da participação coletiva nestas modalidades. A seguir, a título exemplificativo, demonstrou como foi o processo para a realização de duas audiências públicas feitas em formato híbrido de que participou nos municípios de IVAIPORÃ e BOA VISTA DA APARECIDA. Apresentou, em tela, a todos, documentos, vídeos e transmissões nas redes sociais destes municípios que foram utilizados na preparação do evento, da distribuição das pessoas nos espaços, equipe técnica envolvida, tecnologia utilizada, formas de interação durante a reunião e destacou a quantidade de participantes nesta modalidade bem acima da média das realizadas presencialmente. Colocou que trouxe esses materiais para demonstrar que é possível fazer o processo participativo híbrido (presencial e virtual, simultaneamente) respeitando os protocolos de segurança, com responsabilidade social e qualidade técnica. Assim, no que se referia a proposta de Nota Técnica a ser emitida pelo CAU/PR, considerou possível o posicionamento favorável do Conselho à realização de audiências públicas híbridas, e ponderou que o documento poderia elencar os **considerandos**, as **responsabilidades/consequências** envolvidas, e **sugestões de protocolos básicos** onde se ofereça um roteiro "modelo" que possa ser utilizado, adaptado para cada circunstância e escopo. E encerrando a exposição, o Conselheiro GUSTAVO agradeceu a oportunidade. O coordenador ORMY, abriu a palavra para manifestações e contribuições dos membros da Comissão que após discussões e DE COMUM ACORDO, estabeleceram pelo POSICIONAMENTO FAVORÁVEL À REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS HÍBRIDAS e passaram a alinhar os procedimentos para viabilização da minuta do documento e desta forma fizeram o seguinte encaminhamento: **1. Os membros da Comissão elaboração coletivamente a minuta da Nota Técnica do CAU/PR com posicionamento favorável à realização de Audiências Públicas Híbridas relacionadas a Processos Participativos e Democráticos como por exemplo, as de Planos Diretores Municipais e assemelhados no Estado do Paraná.**

2	**Audiência em formato híbrido nos planos diretores**
	O conteúdo do documento, a princípio, contemplará os itens: "considerandos", "responsabilidades/consequências" envolvidas, "sugestões de protocolos básicos" e eventuais "anexos" (se necessário) onde se ofereça um roteiro que possa ser utilizado, adaptado para cada circunstância.

3	***Live*: Semana Meio Ambiente**
Fonte	CPUA-CAU/PR
Relator	CPUA-CAU/PR
Encaminhamento	Sobre o assunto, após discussões e considerações, houve entendimento de que as sugestões de temas e desenvolvimento de proposta para o evento poderiam ser feitas durante a semana, via *WhatsApp* e/ou outras formas de comunicação, dada a exiguidade de tempo para maiores definições na presente reunião. Os temas inicialmente sugeridos foram: a) Expansão Urbana; b) Mobilidade Urbana; e c) Infraestrutura Verde Urbana.

4	**Informações básicas para os eventos organizados pela CPUA-PR**
Fonte	Gabinete-CAU/PR
Relator	Ormy Leocádio Hütner Junior
Encaminhamento	Trata-se de solicitação de informações advinda do gabinete da Presidência do CAU/PR. Dados pertinentes: Local/Cidade, Número de Participantes, Previsão de data, Necessidades especificas (projetor, cadeiras, impressora) Sobre o tema, após discussões, os membros da Comissão acordaram em verificar as informações básicas solicitadas sobre os possíveis eventos a serem realizados dentro dos Projetos Prioritários, sob a responsabilidade de cada membro da CPUA, e cujas informações deverão ser encaminhadas ao gabinete da Presidência do CAU/PR o mais breve possível.

5	**Comissão de Estudo ABNT**
Fonte	CPUA-CAU/PR
Relator	Ormy Leocádio Hütner Junior
Encaminhamento	Trata-se de proposição feita pelo Coordenador ORMY, o qual sugere que o CAU/PR participe de uma das inúmeras comissões de estudos existentes na ABNT, através de um representante a ser definido. Após discussões e considerações, alinhou-se que inicialmente serão feitos levantamento de contatos, tipologias de comissões e formas de acesso para a participação do CAU/PR.

6	**Projetos Prioritários e Coordenadores (Plano de Trabalho, Cronograma e Plano de Ação)**
Fonte	CPUA-CAU/PR
Relator	Ormy Leocádio Hutner Junior
Encaminhamento	**DETALHAMENTO dos Projetos Prioritários/ Coordenadores:** 1. ATHIS – Constança Lacerda Camargo 2. Acompanhamento Legislativo – Maugham Zaze 3. ODS e Agenda 2030 – Ormy Leocádio Hütner Junior 4. Mapa de Riscos e Vulnerabilidade – Rafaela Weigert 5. Planos Diretores – Antônio Claret Pereira de Miranda Dada a exiguidade de tempo para discussão na presente reunião, a Comissão acordou que o assunto será tema de discussão e/ou alinhamentos internamente via grupo de *WhatsApp* entre os membros, e poderá constar na pauta das próximas reuniões caso seja necessário.

EXTRA PAUTA

5	**Não houve.**
Fonte	Não houve.
Relator	Não houve.

5	**Não houve.**
Encaminhamento	Não houve.

Curitiba (PR), 24 de maio de 2021.

Considerando a autorização do Conselho Diretor, a necessidade de ações cautelosas em defesa da saúde dos membros do Plenário, convidados e colaboradores do Conselho e a implantação de reuniões deliberativas virtuais, **atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas**.

ORMY LEOCADIO HUTNER JUNIOR:88669831104
Assinado de forma digital por ORMY LEOCADIO HUTNER JUNIOR:88669831104
Dados: 2021.06.30 08:24:43 -03'00'

ORMY LEOCÁDIO HÜTNER JUNIOR
Coordenador CPUA-CAU/PR

Assinado digitalmente por:
Maria Benedita Honda
Analista Arquiteta e Urbanista

MARIA BENEDITA HONDA
Assistente da CPUA-CAU/PR